

APROVADO
POR UNANIMIDADE
06/12/2018



ATA DIGITAL N.º 63
ANO: 2018

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

Ata da 62ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, Estado do Rio de Janeiro, realizada nesta Casa Legislativa, no dia doze de novembro de dois mil e dezoito às dezessete horas. Aberta a reunião, o Senhor Presidente Marco Antonio Oliveira da Silva (Toninho da Saúde) determinou ao primeiro-secretário a chamada dos vereadores, estando todos presentes com exceção do vereador Paulo Henrique. Em seguida, determinou o início do **EXPEDIENTE**. Foi lida a Moção de Pesar à família da Senhora Eni Siqueira de Azevedo. Em seguida, o Senhor Presidente justificou a ausência do vereador Paulo Henrique. Na sequência, o primeiro-secretário efetuou a leitura do Ofício n.º 362/2018, do Chefe do Poder Executivo, solicitando a marcação de reunião pública com o objetivo de apresentar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores do Município de Conceição de Macabu (PCCS). Em seguida, o Senhor Presidente convidou o prefeito para sentar-se à mesa, concedendo-lhe a palavra. O prefeito teceu algumas considerações sobre as crises enfrentadas pelo Brasil desde o início do século passado, dizendo que o PCCS precisa se sustentar ainda que venham as crises. Comentou que há cinco anos, na cidade pairava o desmando, dizendo que havia até funcionário fantasma. Ressaltou que o Senhor Sérgio Aureliano, que veio contribuir para elaboração do PCCS foi escolhido pelo futuro governador do Estado do Rio de Janeiro, o Senhor Wilson Witzel, para ser o secretário que atuará nas finanças do governo estadual. Disse que os novos valores serão pagos a partir do mês de dezembro e acrescentou que, na hipótese de o PCCS necessitar de ajustes, após sua implementação, tal medida será tomada. Falou que os servidores do magistério não receberão o vale alimentação em dezembro e sim um abono em dinheiro com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Disse que todos os servidores, exceto os do magistério, receberão, no mês de dezembro, no cartão vale alimentação, o valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta) reais. Disse que os servidores do magistério receberão, no mês de dezembro o valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos) reais. Logo depois, indicou a equipe técnica para esclarecer os detalhes do

Assinado:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

PCCS aos presentes. Finalizou dizendo que o vale alimentação, a pedido do vereador Guta, será aumentado para R\$ 200,00 (duzentos) reais a partir de janeiro de 2019, um aumento equivalente a 33%. O Senhor Presidente da Câmara convidou o Presidente do Sindicato dos Servidores para sentar à mesa. Na sequência, determinou que o primeiro-secretário efetuasse a leitura da Moção de Pesar à família da Senhora Elza de Azevedo Moreira. Em seguida, foi franqueada a palavra à secretária de governo, a Senhora Adriana Linhares, que teceu alguns comentários sobre o PCCS, dizendo que foi realizado um trabalho minucioso para buscar a valorização do servidor dentro da possibilidade do município. Afirmou que, no caso de ocorrência de erro na concessão dos direitos aos servidores, o prazo será de sessenta dias para protocolar as reclamações, tendo o município o prazo de trinta dias para resposta. Em seguida, a Senhora Tânia, secretária de administração, colocou-se a disposição para sanar quaisquer dúvidas ou problemas que eventualmente ocorram. O secretário Ibiriba apresentou, após uma explanação da antiga estrutura administrativa do município, os detalhes do PCCS. Efetuou um comparativo para exemplificar as mudanças realizadas. Ressaltou que o PCCS sofrerá revisão geral anualmente, a fim de se adequar à saúde financeira do município. Disse que a manutenção do PCCS ocorre das receitas próprias e que precisa melhorar a arrecadação. Citou o recadastramento imobiliário que irá ocorrer e que visa atualizar o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que não sofre alteração há dezesseis anos, bem como da cobrança pela água e esgoto tratados. Franqueada a palavra ao Senhor Sérgio Aureliano, este esclareceu que junto à lei haverá um anexo com a descrição de todos os cargos. Teceu algumas palavras para explicar as progressões de níveis e classes das carreiras. Disse que o décimo terceiro salário será pago com o valor atualizado, caso haja aprovação da lei. Concedida a palavra ao público presente, um servidor questionou o valor do vencimento dos odontólogos, dizendo que os odontólogos que tem carga horária de vinte horas recebem R\$ 1.415,00 (mil quatrocentos e quinze) reais e os que possuem carga horária de quarenta horas percebem R\$ 1.500,00 (mil e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

quinhentos) reais. O servidor Maurício questionou se a carga horária de vinte horas será extensiva aos servidores lotados na unidade de saúde Estratégia Saúde da Família (ESF) e qual a origem da verba remuneratória, sendo esclarecido pelo Senhor Sérgio que, por força de lei, a carga horária do ESF é de quarenta horas e que a verba é oriunda do governo federal. Um servidor que atua como agente de combate a endemias disse que ficou claro que o vencimento base, a partir de janeiro, será de R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta) reais. Ressaltou que não entendeu como o valor chegará ao montante de R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta) reais no ano de 2020. Indagou ainda a questão do adicional de insalubridade. O Senhor Sérgio afirmou que o adicional de insalubridade não consta do PCCS. A servidora, psicóloga Glória, perguntou se a concessão do adicional de qualificação profissional aos servidores do magistério será extensivo aos demais servidores, sendo informado pelo Senhor Sérgio que a princípio, somente os servidores do magistério farão jus ao referido adicional, dizendo que emendas poderão ser propostas pelo Poder Legislativo, dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Uma servidora questionou sobre a necessidade de o agente comunitário de saúde ter de residir no bairro onde trabalha, sendo informado que por força de lei federal, o servidor deve residir no bairro onde trabalha, sendo desligado do cargo se ao contrário for. Um servidor perguntou em que classe o cargo de guarda municipal foi inserido, sendo respondido que na classe B. Por fim, o Senhor Sérgio reforçou que a revisão anual ocorrerá dentro da capacidade orçamentária, ressaltando que para haver a revisão, a arrecadação municipal precisa subir. Encerrada a apresentação da equipe do governo municipal e dos questionamentos dos servidores, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao vereador Sandro Daumas, que criticou o atraso no envio do Projeto de Lei relacionado ao PCCS à Câmara, para análise dos vereadores. Com a palavra, o vereador Valmir Lessa falou de sua satisfação ao ver o prefeito anunciar a criação do PCCS. Disse que a valorização do servidor é a motivação para uma boa prestação de serviço. Com a palavra, o vereador André Fisioterapeuta agradeceu o governo municipal e o Senhor Sérgio, e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

parabenizou os servidores, dizendo que espera que todos os esclarecimentos tenham sido satisfatórios. Com a palavra, o vereador Guta disse que a demora na remessa da matéria à Casa Legislativa foi para que o PCCS possa ser executado sem problemas, como já visto em municípios vizinhos que não conseguiram honrar com os pagamentos a seus servidores. Falou de sua felicidade pelo prefeito ter seguido sua Indicação para pagamento de abono aos servidores. Com a palavra, o vereador Dr. Fernando teceu algumas considerações sobre a responsabilidade da Câmara de analisar o PCCS e finalmente vê-lo em prática como deseja o prefeito. Salientou que o custeio do PCCS depende de receita própria, sendo a Câmara levada a decidir sobre aumento de arrecadação, com projetos como água e esgoto, IPTU, ISS, entre outros. Com a palavra, o vereador José Messias disse que a matéria ainda não entrou na Casa Legislativa para ser analisada. Ressaltou que o tempo para apresentar alguma emenda a fim de resguardar os direitos dos servidores é ínfimo. Disse que ficou feliz pela concessão do abono aos servidores. Com a palavra, o vereador Barcelos Resina falou que havia votado favorável ao parcelamento da dívida do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Conceição de Macabu (IPASCON). Ressaltou que na ocasião, os pagamentos estavam próximos do limite previsto na LRF e que isso, assim como outras medidas tomadas pelo governo municipal para enxugar a folha de pagamento, resultou a diminuição para menos de 50%, possibilitando esse aumento aos servidores. Explanou a questão do exame da matéria, dizendo que a verificação deve ser cautelosa a fim de que todos os servidores, sem exceção, tenham seus direitos garantidos. Com a palavra, o vereador André da Mudança comentou suas inúmeras reivindicações para o fim da complementação salarial, dizendo que finalmente está se tornando uma realidade. Falou de sua preocupação com o respeito aos limites de gastos da LRF. Disse que tudo está sendo feito de forma consciente e responsável em benefício dos servidores. Com a palavra, a vereadora Nathália Braga falou que gostaria de ter sido explanado o assunto relacionado ao adicional de insalubridade devido aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

endemias. Disse que espera que a matéria venha para a Casa em tempo hábil para análise. Colocou-se à disposição de todos os servidores que pretendam pleitear algo junto ao governo municipal. O prefeito afirmou que as correções que eventualmente sejam necessárias, serão efetuadas. Ressaltou que a questão do salário pago aos servidores da ESF é peculiar, pois envolve repasse do governo federal. Falou das dificuldades enfrentadas por conta das demandas da Secretaria de Promoção Social. O Senhor Presidente teceu algumas considerações sobre a matéria referente ao PCCS. Disse que a equipe merece confiança e que certamente foi despendido o melhor. Afirmou que a Casa Legislativa é composta por vereadores compromissados e que confia na seriedade com a qual a matéria será analisada. O secretário Ibiriba frisou que o projeto está pronto e que na próxima quarta-feira estará na Câmara para análise dos vereadores. O Senhor Sérgio disse que havia acabado de falar com o futuro governador do Estado do Rio de Janeiro e que este o pediu para que fizesse saudações à Câmara Municipal de Conceição de Macabu, informando que irá trabalhar firmemente para aumentar a arrecadação do estado através do ICMS e conseqüentemente a dos municípios. Por derradeiro, uma servidora agradeceu em nome dos demais servidores pela matéria apresentada. E não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a reunião. E de acordo com o Regimento Interno, a cada sessão desta Câmara, lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo, sucintamente, assuntos a serem submetidos ao Plenário.